Alienação e Ideologia do Consumo

Tatiane Alves Baptista¹

Resumo: O presente artigo visa tratar o problema da alienação e da manipulação, em face das práticas consumistas incentivadas pela Indústria Cultural. Nesta análise, identificamos o aparecimento do que aqui é entendido como ideologia do consumo. Para isso, levantamos a hipótese de que há uma interconexão entre as análises feitas por Marx, acerca do fenômeno da alienação, o debate sustentado por Adorno e Horkheimer, na idéia de indústria cultural, e a Ideologia do Consumo, conceito que se ancora na produção de Lefebvre, sobre o consumo nas sociedades modernas. Objetivamos argumentar que a ideologia do consumo tem, como base material de existência, determinações advindas da divisão do trabalho na sociedade capitalista e que seu alcance atinge o conjunto da sociedade, através da formação, ainda que como tendência, de uma desefetivação dos indivíduos.

Palavras-chave: Consumo; indústria cultural; alienação; ideologia do consumo.

Abstract: The article makes an issue of alienation and manipulation face consumer practices encouraged by the Culture Industry identifying the emergence of what has been perceived as the ideology of consumption. It argues the interconnection of Marxist concept of alienation and the debate supported by Adorno and Horkheimer on the idea of cultural industries and the ideology of consumption, a concept that is anchored in Lefebvre analysis of modern societies.

Keywords: Consumption; cultural industry; alienation; ideology of consumption.

Apresentação

Este artigo tem como objeto uma breve releitura de reflexões, tão brilhantemente feitas por seus autores originais, sobre o tema da “alienação” no jovem Marx, da “indústria cultural” de Adorno e Horkheimer e do “consumo dirigido” de Lefebvre. Inevitavelmente, apresentam-se questões quanto ao sentido e, até mesmo, à validade do seu conteúdo. Imaginamos que essas versões tenham cumprido seus objetivos diretamente na fonte, tornando desnecessária e inoportuna a repetição. Além disso, uma releitura de idéias tão complexas, feita em tão poucas linhas, poderia incorrer no risco de um empobrecimento das mesmas.

No entanto, neste ensaio, a articulação entre esses autores nos motiva e nos encoraja ao empreendimento. A possibilidade posta no artigo refuta a suspeita anterior, exatamente por recolocar, entre nós, temática que, embora expresse grande relevância, ainda é pouco explorada em nossa área e não faz jus a sua importância. Dessa forma, o exercício do artigo assenta a possibilidade de que esses autores entrem num circuito

¹ Professora adjunta da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Doutora em Serviço Social pela UFRJ. Pesquisadora Faperj. Endereço postal: FSS - Rua São Francisco Xavier, 524, 8º andar, Maracanã, Rio de Janeiro, CEP: 20.550-900. Endereço eletrônico: tatianear@hotmail.com

de divulgação acadêmico mais amplo, podendo contribuir para o adensamento do debate na atualidade, a partir de autores tão caros ao Serviço Social brasileiro.

Aceitando o desafio, o texto se inicia com a temática da alienação. Temos, partindo da obra de K. Marx, um conjunto articulado de reflexões, que revelam a importância deste fenômeno, seja do ponto de vista da sua pertinência social, seja do ponto de vista da sua atualidade nos processos contemporâneos que marcam a sociedade em que vivemos.

Seu ponto de partida, as condições materiais e espirituais do processo de trabalho particularizado sob a lógica do capital constituem-se pista importante acerca da questão da alienação, típica desse modo de produção e das possibilidades para a sua superação.

Aqui buscamos perceber o fenômeno da alienação, segundo a tese sustentada por Marx, em que:

Qualquer que seja a forma social do processo de produção, tem este de ser contínuo ou de percorrer, periódica e ininterruptamente, as mesmas fases. Uma sociedade não pode parar de produzir nem de consumir. Por isso, todo processo social de produção, encarado em suas conexões constantes e no fluxo contínuo de sua renovação, é, ao mesmo tempo, processo de reprodução (MARX, 2001a, p. 661).

Para uma compreensão da alienação produzida sob o domínio do capitalismo e interpretada à luz da tradição marxista, torna-se indispensável situarmos o debate, a partir da problemática fundamental da produção das condições, particularmente colocadas no campo daquilo que Marx chamou de automediação do homem com a natureza do trabalho. Assim, passaremos por uma recuperação dos principais enlaces que demarcam a teoria da alienação no âmbito da produção, entendendo que ela subsidiará a tecelagem que se pretende recompor, uma vez que aqui se constitui, enquanto relação dialeticamente articulada ao consumo.

Nesse sentido, apontamos um conjunto de determinações, que acompanham a categoria alienação, fundamentalmente, em duas órbitas de problemas: 1) a alienação em relação ao resultado do trabalho, isto é, do sujeito em relação à apropriação privada do produto do seu trabalho; 2) a alienação decorrente da divisão social e técnica do trabalho. Esta última desdobra-se em: a) alienação no ato do trabalho ou do sujeito em relação ao seu próprio processo de trabalho como alheio; b) a alienação do homem em relação a ele mesmo ou do sujeito, como parte de um gênero universal, autoalienação; e, como desdobramento disso, c) a alienação do sujeito em relação ao outro homem.

Deste primeiro momento, adentraremos, então, à abordagem do conceito de alienação, no complexo terreno da "reprodução". Considerando a grande e diversificada possibilidade de análise contida neste fenômeno, buscamos tratar da alienação, observando os aspectos políticos, ontológicos e morais, que a envolvem. Essa passagem permite, ainda, algumas considerações acerca dos possíveis pontos de transcendência do homem alienado, numa perspectiva de construção de relações, livres da tutela e do controle, inerentes à produção das relações na sociedade burguesa, em face do seu padrão de exigência e venalidade mercadológica.

Essa linha de argumentação nos leva ao entrelace perceptível entre a sociabilidade que tende cada vez mais para uma subjetividade alienada e o aparecimento da chamada Indústria Cultural. Para isso, tratamos da reconstrução do momento histórico do seu reconhecimento, para, então, abordarmos a reflexão de Adorno e Horkheimer acerca do processo de manipulação e padronização das práticas sociais, que, aqui, identificamos como um processo de busca pela desefetivação da identidade coletiva no capitalismo.

Por fim, recorreremos à produção de Lefebvre, acerca do seu debate sobre o caráter burocrático e o programa imposto para a sociedade, em termos de práticas de consumo, formando uma ideologia do consumo. Com essa expressão, pretendemos condensar o acúmulo dos argumentos empreendidos até aqui, para mostrar que o declínio e a apatia do homem público, típicas dos dias presentes, referem-se a um fenômeno de raízes na alienação do trabalho, mas que se reforça e ganha peso, através de mecanismos localizados fora dele.

Alguns pontos fundamentais para a compreensão da teoria marxista da alienação nas sociedades burguesas

Um dos aspectos da alienação produzida na ordem social do capital refere-se à relação entre os produtores de mercadorias e os produtos do trabalho. Para Marx, nos *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844, os trabalhadores se tornam uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias criam. Tal relação leva à valorização do mundo das coisas e, na mesma ordem de grandeza, à desvalorização do mundo dos homens; isso se dá, por que, como ele mesmo diz: “o trabalho não produz só mercadorias; produz a si mesmo e ao trabalhador, como uma mercadoria, e isto, na proporção em que produz mercadorias em geral” (MARX, 1989, p.148). Paradoxalmente, o produto do trabalho se humaniza, se enche de vida, enquanto seu produtor vai perdendo a perspectiva da condição autoral sobre as coisas produzidas.

Essa chave está na base de uma das definições mais fundamentais da teoria marxista da alienação, isto é, aquela que compreende o fenômeno da alienação como sinônimo de exteriorização:

Este fato nada mais expressa, senão o objeto que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser alheio, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, se fez coisa, é a objetivação do trabalho. A realização efetiva do trabalho é a sua objetivação. No estado econômico-político, esta realização efetiva do trabalho aparece como desefetivação do trabalhador, a objetivação como perda e servidão do objeto, a apropriação como alienação, como exteriorização (MARX, 1989, p. 149).

Ao longo do desenvolvimento do capitalismo, essa expressão reforçou-se e tem afirmado relações sociais, que denotam a generalização da supremacia do valor da “coisa” sobre os homens. Mais que isso, verificamos um processo de aceleração e aprofundamento destas relações de estranhamento, num tempo em que a “coisa”, o trabalho morto, a máquina e a mercadoria se sobrepõem ao humano, ao trabalho vivo.

Emergem, assim, processos sociais colados ao terreno da manipulação ideológica, da mistificação, da verdade falseada, da moralização e da naturalização das relações sociais na ordem do capital, como a única forma societária possível para a humanidade.

Todas estas consequências estão na determinação de que o trabalhador se relaciona com o produto do seu trabalho, como um objeto alheio. Pois, segundo este pressuposto, está claro: quanto mais o trabalhador se gasta trabalhando, tão mais poderoso se torna o mundo objetivo alheio que ele cria frente a si, tão mais pobre se torna ele mesmo, o seu mundo interior, tanto menos coisas lhe pertencem como suas próprias (MARX, 1989, p. 150).

Nesta dimensão da alienação, onde o produto do trabalho aparece como objeto alheio ao trabalhador, isto é, como parte de um mundo objetivo alheio, percebe-se o processo histórico de construção de uma subjetividade igualmente alienada. Entram, aqui, os elementos da ética, da moral, da cultura, da sociabilidade em geral, a partir de uma visão ideologicamente referenciada, pois a intermediação do dinheiro na produção das relações sociais faz com que o objetivo do trabalho humano esteja referenciado, não na interação com a natureza, no sentido da sua transformação para o atendimento das necessidades sociais, mas na atividade voltada para a produção de excedentes necessidade do capital.

Entra em cena um emaranhado de relações subjacentes ao processo da divisão do trabalho, cujas raízes estão no terreno material do processo de produção da riqueza, mas suas manifestações ultrapassam os limites do processo de trabalho e alcançam a esfera da vida cotidiana, fora dos limites do processo de trabalho.² Desta maneira, a questão da alienação se estende no âmbito da chamada sociedade civil e consequentemente do Estado, favorecendo a manutenção de sua face predominantemente burguesa.

O que se quer dizer é que a construção de uma subjetividade alienada do trabalho não determina apenas o distanciamento entre sujeito e objeto, mas põe em questão a própria condição do homem como “sujeito” na sociedade. As consequências são claramente percebidas na apreensão que os indivíduos têm da sua inserção no mundo do trabalho, da sua participação política na sociedade e da visão de mundo destes indivíduos. Quanto mais desqualificação social, isto é, quanto maior a impossibilidade de desenvolvimento e efetivação das suas potencialidades, tanto maior é a exteriorização do homem na relação com seu trabalho.

Marx argumenta, ainda, que sob estas condições o trabalho ganha uma dimensão negativa, isto é, trabalho como negação da essência humana. Na sua crítica da economia política o autor é enfático ao afirmar que ela oculta a relação imediata entre o trabalhador e a produção.

² Não se trata, aqui, de um entendimento referenciado numa dicotomia entre “trabalho e vida cotidiana”; sabe-se que tais momentos são componentes de uma mesma unidade, trata-se, sim, de um recurso de linguagem para evidenciar as particularidades de cada momento.

O trabalho é realizado pelo trabalhador, não como satisfação de uma necessidade, mas somente como um meio de satisfazer necessidades fora dele:

Primeiro, que o trabalho é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence à sua essência, portanto ele não se afirma, mas se nega em seu trabalho, que não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve energia mental e física livre, mas mortifica sua *physis* e arruína a sua mente. Daí, que o trabalhador só se sinta junto de si fora do trabalho e fora de si no trabalho. Sente-se em casa, quando não trabalha e, quando trabalha, não se sente em casa. O seu trabalho não é voluntário, mas compulsório, trabalho forçado. Por conseguinte, não é a satisfação de uma necessidade, mas, somente, um meio para satisfazer necessidades fora dele (MARX, 1989, p. 153).

Aqui, o autor introduz elementos para pensar, por exemplo, na necessidade capitalista de imposição de formas de coerção e consentimento para exploração da força de trabalho. E o próprio autor dá acabamento a essa idéia, quando diz que: a alienação do trabalhador “emerge com pureza no fato de que, tão logo não exista coerção física ou outra qualquer, se foge do trabalho como de uma peste” (MARX, 1989, p. 153).

Sabemos, entretanto, que a negação do trabalho entendido como momento de mortificação e sacrifício não é prerrogativa da sociedade burguesa, pois já pode ser percebida em formações histórico-sociais anteriores. Dessa forma, o conceito de alienação cobre épocas histórico-sociais diferentes. Exemplo disso foram as sociedades submetidas ao controle teológico-feudal, outrossim, parece importante destacar que esse controle não atinge da mesma maneira a todos os sujeitos, nem tampouco escapa ao caráter contraditório presente, inexoravelmente pela própria “não-liberdade”, forjando a possibilidade de uma progressiva identificação com outro projeto de sociedade.

Por isso, além da alienação resultante da relação do trabalhador – com o produto do trabalho como objeto alheio, tendo poder sobre ele – e da alienação como relação do trabalhador com o ato da produção dentro do processo de trabalho, Marx situou uma terceira determinação, que envolve o fenômeno da alienação: refere-se a “generacidade” do humano, ou seja, o pertencimento do homem como parte desse “gênero”, ser universal e livre.

Na medida em que o trabalho alienado aliena do homem 1) a natureza e 2) a si mesmo, a sua função ativa própria, a sua atividade vital, aliena do homem o gênero; lhe faz da vida do gênero um meio da vida individual. Em primeiro lugar, aliena a vida do gênero e a vida individual e, em segundo lugar, faz da última, em sua abstração, um fim da primeira, igualmente na sua forma abstrata e alienada. (MARX, 1989, p. 155)

A demarcação da generacidade humana na sua capacidade de trabalho, como objeto do seu querer e da sua consciência, como algo que distingue o homem da atividade vital animal, como atividade que é livre, é o que, no limite, define o homem como ser genérico. Por outro lado, “O trabalho alienado inverte a relação de maneira tal, que, precisamente porque é um ser consciente, o homem faz da sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para sua existência”. (MARX, 1989, p. 156)

O que se tende a perder, nesse processo de apartamento do homem da sua essência, enquanto traço de pertencimento, é o que o capital ganha em termos da reificação do seu sistema de reprodução, através da constituição de relações sociais fetichizadas, que se expressam fundamentalmente na dependência mistificada do trabalho em relação ao capital.

A perda do reconhecimento do trabalho como mediação para constituição do gênero humano, enquanto ser livre e criativo, é uma das expressões mais perversas da alienação capitalista, pois recai novamente sobre o terreno da sociabilidade. Instaura-se a contradição entre o prazer em criar, em se objetivar, em transformar, e, o sofrimento do controle, da exploração, da atividade estéril e pouco criativa. Dessa forma, de uma geração a outra, o trabalho vai ganhando determinações abstratas e perdendo – ainda que dialética e reciprocamente – sua capacidade de revelar o gênero humano.³

No entanto, desta contradição emerge outra. O trabalho, embora alienado, é capaz de construir uma unidade histórica de pertencimento pela condição de exploração e de subordinação a que o trabalhador está submetido, através da sua luta, colocando, em questão, a própria ordem burguesa. Isso se torna possível, uma vez que, do ponto de vista concreto, um homem ou uma classe social nunca está totalmente sob controle social e que o próprio sofrimento da privação em relação a sua autonomia e liberdade constituía a arena para a elaboração crítica e para a práxis política.

Outra compreensão importante, dentro da arquitetura do pensamento do autor, é a de estranhamento (*entfremdung*). Tal compreensão deve ser entendida, a partir da idéia de homem – tomado genericamente, isto é, como ser social – que se torna alheio, estranho aos resultados do seu próprio trabalho bem como ao processo de trabalho, ou seja, que não reconhece a si, ao outro e ao produto da atividade. O não reconhecimento de si como protagonista do seu trabalho leva ao não reconhecimento do outro, denotando uma incapacidade programada, no sentido de não perceber que o outro está igualmente submetido a tais condições de privação. Esses argumentos revelam o alcance coletivo do processo de alienação do trabalho, sob a produção capitalista, se diferenciando do fenômeno da exteriorização, uma vez que o último enfoca a determinação da alienação, apenas na relação do homem na produção da sua atividade particular.

O autor deixa claro que, sem a compreensão do caráter intrínseco entre alienação e a forma histórica assumida pelo trabalho na sociedade capitalista – trabalho abstrato –, não se pode apreender os pontos de ruptura com essa sociabilidade de negação da liberdade humana, para a construção de outra conexão entre trabalho, produção e reprodução da vida, ciência e liberdade.

Devemos sublinhar que, já em seus manuscritos de 1844, Marx demarca que está na propriedade privada – na sua essência, na sua lógica – a expressão sensorial material da vida humana alienada. E que, portanto, a luta pela superação desta sociabilidade alienada, para esse autor, é, ao mesmo tempo, a luta pela superação da

³ Nesta ideia busca-se evidenciar o processo pelo qual, na sociedade burguesa, o trabalho ganha uma forma bem específica, a forma social abstrata do trabalho, que de maneira nenhuma pode ser entendida como uma forma “falsa” de trabalho contra uma forma “verdadeira”, é preciso reconhecer suas particularidades no contexto da mercantilização das relações sociais de produção.

essência e da lógica da propriedade privada, no sentido da construção de uma outra forma de efetivação do trabalho, na concepção dele, a luta pelo comunismo. Entretanto, a alienação não se restringe ao terreno da produção material; ela se expressa, também, na vida cotidiana, e, principalmente, naquilo que chamamos sociedade civil.

A problemática da transcendência da alienação não pode ser encarada em termos exclusivamente econômicos, mas impõe ao horizonte uma articulação com as questões ligadas ao problema da política. É uma característica da política, da estética e da ética antecipar (e com isso estimular) a evolução social e econômica futura. Assim, a política poderia ser definida como a mediação entre o estado presente e o estado futuro da sociedade.

Isso não quer dizer que estamos atribuindo à Marx a ideia de superação da alienação, identificada com o momento dessa ação política – ao contrário, ele é bastante enfático em afirmar que a alienação do trabalho só pode ser superada na esfera da produção, e a esfera da produção é essencialmente econômica. Todavia, reconhecer que o processo concreto da “superação” não se dará de maneira estanque, tão logo se dê a apropriação dos meios de produção pelos produtores, mas no processo de construção das condições para elevação do trabalho ao nível da emancipação humana, através da produção e atendimento das necessidades. Nem a política nem a economia podem ser vistas em termos de divisão, de dicotomia. A emancipação que se funda na superação da forma burguesa de sociedade e, portanto, na ruptura com a sua estruturação econômica, não pode ser compreendida de outra forma, senão através dos processos fundados na política.

O fenômeno da alienação no solo da reprodução social

I. Mészáros, no livro que recebeu o título de *Marx: a teoria da alienação*, publicado no país, em 1981, mostra como Marx, ao colocar o conceito de trabalho como conexão entre as diversas manifestações e práticas alienadas presentes nas relações de reprodução da vida cotidiana e o sistema de produção capitalista, ergueu uma ponte para um entendimento articulado entre produção-reprodução e consumo-alienação. E mostra que, embora as condições para a alienação na atualidade tenham tido suas raízes no terreno particular da produção dos bens materiais, sua realização impõe que estas aflorem fora do processo objetivo de produção propriamente dito e alcancem a vida social como um todo.

Mészáros ressalta que, para compreensão dos aspectos da alienação nessa perspectiva, é preciso observação do papel das necessidades sociais, uma vez que, segundo ele, a tendência da sociedade alienada é produzir necessidades igualmente alienadas.

As necessidades apresentam-se, muitas vezes, “desreferenciadas”, socialmente, de valores éticos, no sentido da busca comum por melhores condições de vida, constituindo-se, assim, em necessidades frequentemente “desumanizadoras” e que contribuem para a acumulação da riqueza. Em face disso, não se pode deixar de perceber a alienação que atinge e envolve a política, uma vez que esta revela, através da medida do seu contínuo esvaziamento, o impacto do estranhamento para a produção da cidadania. Amalgamadas a ela estão os aspectos ontológicos e morais. Assim, não raras vezes, somos levados à compreensão de um homem cuja natureza é identificada com

o egoísmo, com o individualismo, com a vileza, com o comodismo. Perdemos de vista que esse homem deve ser entendido historicamente, nas contradições da situação que o produz.

Aprisioná-lo a estas adjetivações é negar uma formulação que admita que sua essência é permeada por sua dinâmica inerente. A base ontológica com que Marx desenvolve e abre caminhos para tal concepção está precisamente em compreender o homem como parte específica da natureza, como ser automeiado da natureza, e, portanto livre, podendo fazer-se, tornar-se o que é, em qualquer momento, de acordo com as circunstâncias predominantes, seja egoísta ou qualquer outra coisa. Assim, na sua concepção, a liberdade consiste em afirmar o que há de especificamente humano, isto é, afirmá-lo como um ser essencialmente natural, cujo atributo é a "automeiação". Pensar nas limitações da liberdade humana significa pensar, necessariamente, nas limitações das possibilidades de realização daquilo que é o ponto de partida ontológico de Marx: a relação do homem com a natureza, com o trabalho, em particular, com o trabalho alienado.

Como consequência disso, a vida pública, embora tracejada pela alienação, é sempre saturada de conflitos, impondo que a ordem social flua sobre regras, normas e leis, que visam sobrepujar a insatisfação daqueles que, como contribuintes, empregados, ou eleitores, são regulados segundo instituições de penas, sanções e punições. Essa regulação social, baseada na punição, nada mais é do que a prova da imposição de uma ordem social, tensionada pelos distintos interesses de classe, e que, como na produção, na reprodução também se fazem necessárias as formas de coerção e de consentimento.

Chamamos a atenção para um último aspecto da alienação que envolve a vida social, para além dos processos de trabalho, e que, neste trabalho, ocupa lugar importante, trata-se daquele relacionado às questões da estética. A arte gerada no contexto da sociedade produtora de mercadorias não escapa às determinações deste domínio. O empobrecimento da essência humana, própria de nossos dias, se expressa com vigor neste campo, onde o ter passa, em muitos casos, a consagrar a interação do sujeito com o objeto artístico, demarcando uma relação fortemente utilitária com as obras de arte. A própria produção da arte, comumente, sucumbe, borrando as fronteiras da sua própria capacidade de criação com a industrialização crescente das atividades culturais; e torna difícil estabelecer limites entre o belo, o agradável e a obra de arte, uma vez que ela vive a consequência da tecnificação, do aligeiramento e da superficialidade degradante e descartável. Essa chave parece poder aproximar, do nosso ponto, a ideologia do consumo. No entanto, antes, vê-se adensada nossa reflexão do debate colocado a partir do reconhecimento do surgimento da indústria cultural.

Condições históricas para a emergência da indústria cultural como prática e como conceito

O conceito de "indústria cultural" foi produzido como denúncia de uma nova forma de viver e sentir o mundo, sob condições históricas bem particulares. Como se sabe, trata-se de uma noção advinda da Escola de Frankfurt e encontra sua primeira concepção num livro de Adorno e Horkheimer, intitulado *Dialética do Iluminismo ou do Esclarecimento*, que data de 1947.

A Escola de Frankfurt, inicialmente chamada Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, foi criada em 1923 e inaugurada, oficialmente, em 1924. Naquele momento, seu objetivo principal era o conhecimento e a compreensão da vida social em sua totalidade, da base econômica à superestrutura institucional e ideacional. Seu primeiro diretor foi um historiador marxista, o austríaco Carl Grünberg (1861-1940).⁴

Em 1931, Horkheimer tornou-se diretor do Instituto de Pesquisa Social. Em sua aula inaugural, afirmou que “a filosofia social, apesar de propor-se a analisar a realidade social, reserva toda a “realidade”, para seu componente filosófico. No contexto das transformações evidentes, entre a suposta ‘substância’ do homem (a ‘liberdade’) e sua realidade social (alienação, desemprego, recrutamento), a transfiguração filosófica do ser social é cúmplice da dominação de classe”. (SLATER, 1978., p. 27)⁵

Todavia, o que realmente apresentou-se como elemento determinante para a produção do Instituto foi a ascensão do fascismo, sob a égide do capitalismo monopolista. Em 1941, Herbert Marcuse, uma das mentalidades mais importantes da Escola de Frankfurt, escreveu o seu *Razão e Revolução*. Nele, atribuiu a barbarização da Alemanha à monopolização industrial. Slater (1978, p. 35) lembra que “monopólio” – no sentido de capitalismo monopolista – designa um estágio do capitalismo, em que, mesmo havendo um número de grandes corporações operando dentro do mesmo mercado, os preços são estabelecidos conjuntamente pelas corporações e a guerra de preços é vigorosamente refreada. Os preços mostram uma constante tendência de alta manipulada.

O período que antecede o fascismo é marcado por uma conjuntura de caos econômico, devido ao pós-guerra e ao estabelecimento do tratado imperialista de Versalhes, de desvalorização da moeda e de endividamento do país, dados que favoreceram, enormemente, o crescimento do monopólio. Do ponto de vista do mundo do trabalho, havia uma conjuntura de introdução de novas técnicas e intensificação do ritmo de trabalho, o que os frankfurtianos trataram como “racionalização”. Com isso, houve o aumento dos índices de acidentes e a deteriorização do padrão de saúde dos trabalhadores, além do rebaixamento dos salários reais.

O autor mostra que os salários aumentaram de forma nominal, mas, não, real, entre 1924 e 1930, pois deduções salariais sob formas de impostos e seguros aumentaram, entre 1914 e 1927, em 200%, atingindo 300%, em 1932. Outro aspecto determinante desta conjuntura foi o desemprego, que, entre 1924 e 1932, esteve maior que nos anos anteriores à guerra. Tais condições criaram o solo favorável a Hitler e ao terror nazista.

Diante disso, a relação entre fascismo e capitalismo passa a ser analisada pelos autores do instituto. Horkheimer afirma que não há oposição entre fascismo e sociedade burguesa, mas, ao contrário, dependendo de certas condições históricas. Pollock desenvolve um conceito de capitalismo monopolista de Estado, situando diferenças

⁴ Para uma abordagem mais detalhada acerca do surgimento da Escola de Frankfurt, ver SLATER (1978).

⁵ O ponto focal do primeiro empreendimento importante do Instituto, sob a direção de Horkheimer será a seguinte questão: “Que ligações podem ser estabelecidas num grupo social específico, numa época específica, em países específicos, entre o papel econômico desse grupo, as mudanças na estrutura psíquica dos seus membros e os pensamentos e instituições, que são um produto dessa sociedade e que têm, como um todo, um elemento formativo sobre o grupo em questão?” (SLATER, 1978, p. 28)

entre formas “democráticas” e formas “totalitárias” de capitalismo monopolista de Estado.⁶

A Alemanha do Terceiro Reich foi marcada pelo empobrecimento econômico, em função da racionalização da produção e da queda da produção voltada para o consumo pessoal, e pelo esmagamento político. Os trabalhadores rurais foram impedidos de migrar para as cidades; em 1935, houve o recrutamento para o trabalho e, em 1936, foram cancelados todos os feriados. Finalmente, a indústria armamentista, além de ter significado trabalho escravo e desperdício, expressou-se, também, em outra forma de empobrecimento – a morte na guerra. Slater menciona que: “a pauperização em sua forma nazista chegou à sua conclusão extrema, com a morte de milhares de soldados e civis. E a expressão de Horkheimer ‘túmulos em massa’ sofreu uma mudança irônica com a exterminação em massa do povo judeu, do qual descendiam Marcuse, Adorno, Fromm e o próprio Horkheimer.” (SLATER, 1978, p. 44)

Foi nesta conjuntura que se colocou para os pensadores do Instituto de Frankfurt o seu maior dilema intelectual: como poderiam desfrutar os nazistas, mesmo antes do terror, de tanto apoio popular? Foi assim que a especificidade da história da Alemanha pautou para o Instituto de Frankfurt o problema da manipulação. Com o nazismo, tornou-se patente, para os autores, que a pauperização, mesmo no sentido mais extremo, não desencadeava automaticamente, uma ação revolucionária.

Já na aula inaugural, Horkheimer, como diretor do Instituto, focalizou a questão da relação entre vida econômica da sociedade, desenvolvimento psíquico dos indivíduos e mudanças nas esferas culturais – a arte incluía-se nestas esferas. Nesse sentido, a arte passou a ser pensada pelos autores do instituto como “afirmação”, “negação” e “indústria cultural”.

O fenômeno da desefetivação do sujeito: Indústria cultural e alienação

No texto que recebeu o título de “A Indústria Cultural: o esclarecimento como mistificação das massas”, de Adorno e Horkheimer (1985), encontra-se um importante quadro de evidências, acerca da interconexão que aqui buscamos problematizar. Seus autores começam argumentando como a cultura contemporânea confere a tudo um ar de semelhança e mostram como na era dos monopólios, “o cinema, o rádio e as revistas constituem um sistema” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985 p. 113). A Indústria Cultural refere-se, assim, à produção deste sistema articulado, que, se, por um lado, padroniza e esvazia o sentido da arte como expressão do singular, por outro lado, constitui-se como um mecanismo ideológico de legitimação.

Sua base argumentativa, no entanto, perfaz um primeiro passo comum com o debate da alienação, quando toma, como fundamento importante desse processo, a questão das necessidades sociais. Segundo os autores, a indústria cultural é capaz de forjar um “círculo da manipulação e da necessidade retroativa, no qual a unidade do sistema se torna cada vez mais coesa” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 114). Tudo isso, entretanto, só é possível porque, com o uso de novos recursos técnicos, se

⁶No entanto, Slater (1978) mostra que a reflexão de Pollock, acerca da relação entre capitalismo e fascismo, encontrou polêmica no âmbito do Instituto. Franz Neumann (1900-1954) foi um dos autores que atacaram a noção de capitalismo monopolista de Estado de Pollock.

têm condições à objetiva reprodução e alcance de milhões de pessoas, que, por sua vez, tornam inevitável a disseminação de bens padronizados para satisfação de necessidades iguais.

Todavia, os autores recorrem à ideia de “alienação”, para tratar do problema do domínio da técnica e das formas do poder na sociedade, cuja racionalidade predominante revela o caráter alienado da própria sociedade:

O que não se diz é que o terreno no qual a técnica conquista seu poder sobre a sociedade é o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade. A racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação. Ela é o caráter compulsivo da sociedade alienada de si mesma. (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 114)

Essa articulação aparece, também, nos desdobramentos desta reflexão, pois, para os autores, a indústria cultural levou à padronização e à produção em série, sacrificando o que fazia diferença entre a lógica da obra e a do sistema social. Com isso, denunciam, com clareza, a relação entre controle central e controle da consciência individual e revelam que a ideia de “possibilidade de escolha”, alimentada pela indústria cultural, é ilusória e, em que pese toda racionalização, esse processo remonta um cenário de uma complexa irracionalidade.

A noção de desefetivação, que aqui referimos, é dotada de uma aura de “livre escolha”, de “pseudo-individualização”, de diferenciação, quando, na verdade, o que se tem na base é a própria padronização. Nesse processo, a propaganda coloca-se como a técnica adequada para a distribuição de uma mercadoria “sempre-igual”, gerando, dessa maneira, hábitos padronizados. Disso, decorre a “manipulação”, tornando os consumidores objetos ou produtos dos mesmos mecanismos que determinam a produção.

Novamente, se aproximam dos fundamentos da teoria marxista da alienação, ao mostrarem que o esquematismo, presente nos mecanismos da indústria cultural, corresponde àquele da esfera da produção:

Não somente os tipos das canções de sucesso, os astros, as novelas ressurgem, ciclicamente, como invariantes fixos, mas o conteúdo específico do espetáculo é ele próprio derivado deles e só varia na aparência. Os detalhes tornam-se fungíveis. A breve sequência de intervalos, fácil de memorizar, como mostrou a canção de sucesso; o fracasso temporário do herói, que ele sabe suportar como *good sport* que é, a boa palmada que a namorada recebe do astro, sua rude reserva em face da herdeira mimada são, como todos os detalhes, clichês prontos para serem empregados arbitrariamente aqui e ali e completamente definidos pela finalidade que lhes cabe no esquema. (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 118)

Nesta mesma direção, os autores falam do aparecimento do “consumidor cultural”, que, neste domínio, se vê atrofiado da sua imaginação e da sua espontaneidade, processos que remetem ao caráter paralisante dos próprios produtos. O tempo livre e o descanso ganham fortes ares de semelhança com a vida no trabalho, pois, ao assumirem a imitação como traço que o caracteriza, desnudam o que os autores chamaram de “um segredo contido”: a obediência à hierarquia social (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 123).

A natureza repetitiva da produção encontra seu correspondente na produção da indústria cultural, uma vez que esta última opera no campo da mesmice e da exclusão do novo. “A máquina gira sem sair do lugar.” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 126) Nesse sentido, ela assume seu caráter ideológico e os autores resumem, nessa passagem do texto, o cerne daquilo que, aqui, buscamos problematizar, quando afirmam que:

A verdade em tudo isso é que o poder da indústria cultural provém de sua identificação com a necessidade produzida, não da simples oposição a ela, mesmo que se tratasse de uma oposição entre a onipotência e impotência. – A diversão é um prolongamento do trabalho, sob o capitalismo tardio. Ela é procurada por quem quer escapar do processo de trabalho mecanizado, para se pôr, de novo, em condições de enfrentá-lo. Mas, ao mesmo tempo, a mecanização atingiu tal poderio sobre a pessoa em seu lazer e sobre a sua felicidade, ela determina tão profundamente a fabricação das mercadorias destinadas à diversão, que esta pessoa não pode mais perceber outra coisa, senão as cópias que reproduzem o próprio processo de trabalho. (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 128)

Em síntese, a indústria cultural ergueu-se como um sistema, que não só participou no sentido de assegurar a sobrevivência do capitalismo, como continua exercendo função essencial em sua preservação, reprodução e renovação. Dessa forma, a indústria cultural constitui-se poderoso instrumento de dominação. Seu produto é padronizado, segundo segmentos de classe e não deve despertar nenhum espírito crítico, ao mesmo tempo em que a indústria cultural movimenta lucros gigantescos. O fenômeno da indústria cultural, no âmbito do capitalismo monopolista, converteu o ideal do iluminismo a uma dimensão funcional, onde a arte tende a ser absorvida e desossada da sua capacidade de contestação.

Vale salientar que não estamos nos referindo a um fenômeno metafísico, trata-se, sim, de um modelo estético e, conseqüentemente, ético, que orienta a prática cotidiana de milhares de sujeitos. A passividade social na absorção e desejo de consumo destes produtos reconfigura um quadro de personagens, cujo cotidiano é marcado pela violência do ritmo, do desgaste físico contínuo, do esmagamento frente ao poder das máquinas. Frequentemente, mal sucedidos e atrapalhados no campo do afeto, humilhados pela usura dos que tiveram êxito financeiro. “Como o Pato Donald nos *cartoons*, assim também os desgraçados na vida real recebem a sua sova para que os expectadores possam se acostumar com a que eles próprios recebem.” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 130)

Outro dado importante na produção da indústria cultural se afirma na promessa de felicidade e, não, na sua efetivação. No dizer dos autores, os consumidores “devem se contentar com a leitura do cardápio” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 131). Além disso, cabe ressaltar o caráter contraditório, presente no fato de que a plena capacidade de utilização das possibilidades técnicas, na produção massificada de formas funcionais de viver e de sentir a sociedade, não encontram com o mesmo vigor, alternativas técnicas para resolver problemas básicos de caráter civilizatório. “A ideia de ‘esgotar’ as possibilidades técnicas dadas, a ideia da plena utilização de capacidades, em vista do consumo estético massificado, são próprias do sistema econômico que recusa a utilização de capacidades, quando se trata da eliminação da fome” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 130).

Os autores nos falam sobre “individualidades frágeis” e sobre a produção de uma “cultura oca”; a aquiescência disso torna-se evidente, ao levarmos, simplesmente, em conta a paisagem geral das metrópoles. Deparamo-nos com uma sociedade predominantemente formada de indivíduos, atomizados e estressados pela concorrência generalizada, que moram engavetados em apartamentos cada vez menores, em prédios ditos “inteligentes” e que se orgulham por possuir carros novos, com os quais suportam longos engarrafamentos, para ir a lugares parecidos com os locais onde vivem. Esses indivíduos têm, em casa, geladeiras e *freezers*, abarrotados de comidas congeladas, possuem equipamentos eletrônicos, mas não sabem como utilizá-los, assistem aos mesmos noticiários e novelas da TV e se orgulham da singularidade de suas personalidades; no entanto, cada vez mais se assemelham uns aos outros. “A apologia das mercadorias, sempre as mesmas, sob diversas marcas, o elogio do laxante, cientificamente fundamentado, na voz adocicada do locutor entre as aberturas da Traviata e de Rienzi, tornaram-se, já por sua cretinice, insuportáveis” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 149).

A intercessão entre os conceitos de alienação e de indústria cultural aponta que estamos diante de um fenômeno de grande capacidade de alcance, por se tratar de um processo de conformação de uma subjetividade alienada, em que o trabalho constituiu-se numa esfera privilegiada de coisificação dos indivíduos e o tempo livre, numa esfera privilegiada de desefetivação dos indivíduos.

Ideologia do Consumo nos marcos da alienação e da indústria cultural

A análise das relações entre produção-consumo, alienação-manipulação, bem como a análise do impacto sobre a produção e a reprodução das necessidades atravessadas pela influência da indústria cultural nos marcos do capitalismo contemporâneo, impõe considerar que as alterações, que hoje ecoam a vida social, colocam novos ângulos e que merecem destaque.

A automação, a terceirização, o desemprego estrutural, a desregulamentação, o crescimento do trabalho informal, as inovações tecnológicas, a sofisticação dos produtos são processos que alteram a capacidade e o perfil do sujeito consumidor. Ao longo dos anos de 1970, com o trânsito do modelo de acumulação, baseado em num projeto de “bem estar social”, em que o consumo de massa era fundamental para preservação e ampliação da taxa de lucro, para outro modelo em que a acumulação torna-se “flexível” e o consumidor passa a ser definido pelas engenharias de consumo das empresas, o

consumo passa a ser mobilizado, através de movimentos de sedução, de aproveitamento das culturas e das preferências individuais. A máquina da indústria cultural volta-se para uma forte campanha de marketing, sobretudo, através da televisão, atingindo, igualmente uma multidão de indivíduos.

O problema, no entanto, está no fato de que esta nova fase do capitalismo revela a sua incapacidade de reproduzir-se como um sistema de consumo de massa. A indústria cultural opera a intensificação do fetichismo da mercadoria, levando o indivíduo a encontrar, nos *shoppings*, um dos principais espaços de satisfação; o mercado financeiro viabiliza, através das compras a crédito, a ilusão do pertencimento; o desemprego estrutural recoloca o problema da diferenciação interna ao poder de consumo na atualidade, quando, no final do mês, o consumidor se torna inadimplente. O reconhecimento desse circuito que escamoteia a diferença entre os consumidores e os coloca como iguais nos levou a idéia de uma ideologia do consumo.

No entanto, essa idéia – ideologia do consumo – não é nova. Já em 1968, Henri Lefebvre escreveu um livro chamado *A vida cotidiana no mundo moderno*⁷ e nele dedicou um capítulo para tratar da chamada “sociedade burocrática do consumo dirigido”. O autor procura revelar como o cotidiano é capturado nas sociedades modernas e transformado “no principal produto da sociedade dita organizada ou de consumo dirigido” (LEFEBVRE, 1991, p. 82). Nestas condições, o cotidiano é permeado de novas contradições, sendo a constituição de uma liberdade aparente a mais grave delas. O autor busca fundamentar suas pontuações, a partir daquilo que ele percebe como “mal-estar”, pois, segundo afirma: “essa sociedade traz em si sua própria crítica” (IDEM).

Lefebvre (1991) argumenta, com precisão, sobre o jogo que se coloca por detrás das relações que demarcam o processo da produção das necessidades, das suas formas de satisfação e dos estímulos para sua renovação:

O fim, o objetivo, a legitimação dessa sociedade é a satisfação. Nossas necessidades conhecidas, estipuladas são ou serão satisfeitas. Em que consiste essa satisfação? Em uma saturação tão rápida quanto possível (quanto às necessidades que podem ser pagas). A necessidade se compara a um vazio, mas bem definido, a um oco bem delimitado. O consumo e o consumidor enchem esse vazio, ocupam esse oco. É a saturação. Logo que atingida, a satisfação é solicitada pelos mesmos dispositivos que engendraram a saturação. Para que a necessidade se torne rentável, é estimulada de novo, mas de maneira um pouquinho diferente. As necessidades oscilam entre a satisfação e a insatisfação, provocadas pelas mesmas manipulações. (LEFEBVRE, 1991, p. 89)

Esse jogo parte de alguns dispositivos que o tornam factível; nesse sentido, inerente a esse consumo está, em primeiro lugar, a obsolescência, tanto dos objetos quanto das

⁷ Publicado, no Brasil, pela Editora Ática, em 1991.

necessidades. Aqui, a obsolescência foi estudada e transformada em técnica. “Os especialistas da obsolescência conhecem a esperança de vida das coisas: três anos, um banheiro; cinco anos, uma sala de estar”. Do ponto de vista das necessidades, “aqueles que manipulam os objetos para torná-los efêmeros manipulam, também, as motivações” (LEFEBVRE, 1991, p. 91). Em segundo lugar, uma extrema mobilidade da vida, dos objetos, das casas, das cidades, do habitar. Esse é, para o autor, o quadro em que se engendra um irracionalismo, que não para de se agravar:

A mais modesta pesquisa sobre a vida real das pessoas revela o papel das cartomantes, dos feiticeiros, dos curandeiros, dos horóscopos. Aliás, basta ler a imprensa. Tudo se passa como se as pessoas não tivessem nada para dar um sentido à sua vida cotidiana, nem mesmo, para orientar e dirigi-la, posta de lado a publicidade. Recorrem, então, às velhas magias, às feitiçarias. Tentam, sem dúvida, assim, por um caminho desviado, a apropriação (revelação e orientação) do desejo. A racionalidade do economicismo e do tecnicismo revela, assim, seus limites, suscitando o contrário que os completa ‘estruturalmente’. Racionalismo limitado e irracionalismo invadem o cotidiano, enfrentando-se, cada um colocando o espelho diante do outro. (LEFEBVRE, 1991, p. 92)

Nessa mesma linha de argumentação, o autor afirma que o ocultismo é uma forma de compensação da ideologia do consumo e que a publicidade é, nesse contexto, a fornecedora, não apenas da ideologia do consumo, uma representação do ‘eu consumidor’, que se satisfaz como consumidor. Ela se baseia, também, na existência imaginária das coisas, da qual ela é instância. Reside, aqui, o mal-estar, a insatisfação e o caráter decepcionante do consumo – nem todos podem consumir – é, provavelmente, o principal problema do capitalismo na atualidade.

Não há separação por camadas ou cortes entre o consumo do objeto e o consumo dos signos, imagens, representações de que o objeto fornece o meio e o suporte sensíveis. O ato de consumir é um ato imaginário (portanto, fictício), tanto quanto um ato real (sendo o próprio ‘real’ em pressões e apropriações). Ele adquire, então, um aspecto metafórico (a felicidade em cada bocado, em cada erosão do objeto) e metonímico (todo o consumo e toda felicidade de consumir em cada objeto e em cada ato). (...) Consumo imaginário, consumo do imaginário – os textos de publicidade não têm fronteiras que os delimitem. (LEFEBVRE, 1991, p. 100)

Parece ficar patente que, diante da ideologia do consumo, a indústria cultural, como uma máquina funcional que reforça, através da manipulação, o aprisionamento

das subjetividades em necessidades alienadas, ocupa, hoje, lugar de destaque no quadro das relações sociais.

A gravidade disso reflete-se na violência, na crise da solidariedade, na resignificação da cidadania, no declínio do homem público, no esvaziamento da política, na banalização e naturalização das desigualdades. Quando se mistura arte, religião e filosofia com anúncios de queda da taxa de juros para compra de um carro novo, as consequências são alarmantes. Insatisfação social destituída de coletividade e o acirramento da desigualdade, no concernente a distribuição da riqueza, fazem emergir conflitos sociais novos, nas cidades e no campo, cuja complexidade nos assombra cotidianamente.

Recebido em 16 de junho de 2008.

Aceito para publicação, em 2 de dezembro de 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T. & HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- ADORNO, T. W. *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- BENJAMIN, Walter. *Paris, capital cultural do século XXI*. Obras Escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BOLAÑO, César. *Indústria cultural, informação e capitalismo*. São Paulo: Hucitec-Polis, 2000.
- CANCLINE, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia*. Tradução de Luis Carlos Borges e Silvana Vieira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista-Boitempo, 1997.
- EVANGELISTA, João. *Crise do Marxismo e irracionalismo pós-moderno*. São Paulo: Cortez, 1997.
- HORKHEIMER, Max, 1895-1973. *Textos escolhidos – Max Horkheimer, Theodor W. Adorno*; traduções de Zeljko Loparié [et al.]. (Os Pensadores) São Paulo: Nova Cultural, 1989.
- KONDER, Leandro. *Walter Benjamin: o marxismo da melancolia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Série Temas, vol. 24, Sociologia Política. São Paulo: Ática, 1991.
- MARCUSE, Herbert. Sobre o caráter afirmativo da cultura. In *Cultura e sociedade*, vol. 1, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- _____. *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- _____. *Tecnologia, guerra e fascismo*. Douglas Kellner (org.). Tradução de Maria Cristina Vidal Borba; revisão de tradução, Isabel Maria Loureiro. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- MARX, K. "K. Marx: trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana (Manuscritos econômico-filosóficos de 1844). In FERNANDES, Florestan (org.), *Marx/Engels*, Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 36; tradução de Viktor von Ehrenreich. São Paulo: Ática, 1989.
- _____, ENGELS, F. *A Ideologia Alemã: teses sobre Feuerbach*. Supervisão de texto: Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro Editora, 1984.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. Vols. 1 e 2. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.
- _____. *A Miséria da Filosofia: resposta à filosofia da miséria de Proudhon (1847)*. Tradução de Paulo Ferreira Leite. São Paulo: Centauro Editora, 2001b.
- _____. *Para Crítica da Economia Política*. Coleção Os Pensadores; seleção de textos, José Arthur Giannotti; tradução de Edgar Malagodi. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MÉSZÁROS, István. *Marx: a teoria da alienação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- NETTO, José Paulo. *Capitalismo e reificação*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- SLATER, Phil. *Origem e significado da Escola de Frankfurt: uma perspectiva marxista*. Tradução de Alberto Oliva. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- SHAFF, Adam. *O Marxismo e o indivíduo*. Tradução de Heidrum Mendes da Silva. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.